



## O ORIENTE MÉDIO HOJE E AMANHÃ(\*)

Vasco Mariz

---

Palestra proferida em 1º de abril de 1993 na reunião semanal do Conselho Técnico da Confederação Nacional do Comércio. Transcrita do Informativo, "Carta Mensal", dessa entidade (vol 39, Nº 457, abril 1993). O leitor deve apropriar as alterações do cenário da região ocorridas a partir de então.

---

**C**onheci Henry Kissinger em 1960, na Universidade de Harvard, antes de ele ficar famoso. Conversamos muito sobre política internacional e recordo que ele me disse o seguinte: "No mundo de hoje há duas áreas que certamente poderão provocar a terceira guerra mundial: o problema de Berlim e o Oriente Médio. O resto não tem a menor importância e não me interessa." Anos depois, em 1968, já secretário de Estado de Richard Nixon, almoçamos juntos, e Kissinger repetiu-me a mesma coisa. A América Latina não o interessava, nem tinha tempo para conversar sobre nossa reunião geográfica. O curioso é que o destino me con-

duziu a Israel e a Berlim, poucos anos após.

Sempre tive interesse pelos acontecimentos no Oriente Próximo. Da primeira vez que trabalhei em Washington (1959-62), observei com curiosidade a intensa atividade do *lobby* israelense e a atuação da embaixada egípcia, onde tive dois amigos depois influentes: Ashraf Gorbal e Amram el Shafei. Por força das minhas funções de chefe do setor cultural, de imprensa e informações, freqüentei a sala de imprensa da Casa Branca e não pude deixar de admirar a atuação da diplomacia israelense, cuja penetração na política americana é ajudada pela poderosa cúpula das sociedades judaicas naquele país. Esse aprendizado cresceu quando fui designado, três vezes consecutivas,

---

\* Selecionado pelo PADECEME

para integrar a equipe diplomática brasileira nas Assembléias Gerais das Nações Unidas de 1960, 1961 e 1962. Em Washington, em 1967, fiz amizade com Itzak Rabin, então embaixador de Israel, e depois duas vezes primeiro-ministro de seu país.

Aprendi então o principal segredo que é a chave da política do Oriente Médio: mais de seis milhões de judeus vivem nos Estados Unidos, o que à primeira vista é bem pouco nesse país de 250 milhões de habitantes. No entanto, os judeus americanos estão concentrados, em sua grande maioria, em alguns estados que têm peso decisivo na eleição de um presidente dos Estados Unidos: New York, Califórnia, New Jersey, Pennsylvania, Michigan, Illinois e Flórida. E sem esses estados dificilmente um candidato a presidente dos EUA poderá eleger-se. O atual presidente Clinton é uma exceção. Como os eleitores republicanos e democráticos se equivalem em número, o lado para onde pendem os eleitores judeus pode ser decisivo. E não se trata apenas do número de eleitores, mas sobretudo da qualidade desses eleitores: os judeus exercem considerável influência na imprensa, televisão, rádio, meios bancários e universitários norte-americanos. Quando cheguei a Israel, em 1977, considerava esse país como quase diretamente dependente dos EUA; ao sair de lá, em 1982, estava convencido de que Israel dispõe de fortes meios para manipular ou influenciar quase todos os centros de poder nos EUA. Os ministros

israelenses vão a Washington, enfrentam ousadamente os principais senadores e deputados, e os mais altos funcionários do executivo. E o lobby israelense no Congresso americano funciona de maneira espetacular e quase irresistível: quando trabalhei em Washington esse *lobby* dispunha de mais de 150 parlamentares.

Israel, no entanto, tem anos fortes e anos fracos, ou menos fortes, em suas relações com os EUA, e isso depende sobretudo dos períodos eleitorais, não só presidenciais mas também municipais. 1993 é um ano fraco em que Israel está mais vulnerável; 1992 foi um ano forte, ano de eleições nos EUA, quando o atual presidente Clinton cortejou abertamente o voto judaico, fazendo promessas de apoio a Israel que agora está tentando jeitosamente retirar. Por isso, os arabistas do Departamento de Estado tentarão pressionar Israel no ano corrente. Em 1992, a Casa Branca, que desejava reeleger Bush, não ousou atacar de frente a Israel, sem provocar retaliação na política interna dos grupos de pressão judaicos. Aliás, a tática do ex-secretário de Estado James Baker de trocar terras pela paz foi mais uma prova da ingenuidade norte-americana. Não adianta encurralar Israel em uma conferência internacional das Nações Unidas, quase todos contra um. Quando os israelenses são encostados na parede, simplesmente o governo de Jerusalém se deixa cair. Aí é preciso convocar novas eleições gerais, o que pode levar meses. Após as eleições o novo governo precisa tomar pé, avaliar

as pressões internas e externas, e lá se vão mais dois meses. Nessa altura, o momento psicológico em qualquer foro internacional já passou. É um velho truque de Israel, que foi repetido em 1992 com relativa facilidade e que levou afinal o partido trabalhista ao poder, sob a hábil direção de Itzak Rabin.

Nos principais países da Europa, o *lobby* internacional de Israel é também bastante importante, embora menos decisivo. Lá os países árabes têm condições de competir com os grupos de pressão judaicos, pois muitos países europeus têm importantes interesses comerciais no mundo árabe. Seja como for, nenhum país europeu tem força política suficiente para impor qualquer solução no Oriente Médio. Só mesmo os Estados Unidos da América, hoje a única grande potência mundial, têm condições para ditar uma fórmula de conciliação para os problemas da região.

Essas considerações nos levam a tecer alguns comentários sobre as relações israelo-brasileiras, que nem sempre foram das melhores. Israel tem sido um modesto cliente de nossas exportações e nossos interesses comerciais com vários países árabes, como o Iraque e o Iran, chegaram a ser talvez importantes demais. Existem no Brasil cerca de 250.000 judeus, nascidos no exterior e em nosso país. Sua influência político-financeira é desproporcionalmente grande em um país de 140 milhões de habitantes, entre os quais cerca de três milhões de árabes e seus descendentes.

Eu estava de partida para Israel, em

outubro de 1977, em um momento extremamente delicado, pois os judeus brasileiros estavam revoltados com o infeliz voto anti-sionista dado pelo Brasil nas Nações Unidas. O presidente Geisel, que me conhecia muito bem da época em que chefiava nossa embaixada no Equador, onde a Petrobrás tinha grandes interesses, mandou chamar-me ao Palácio do Planalto e conversamos longamente sobre o Oriente Médio, que ele estudara bem. Relatou-me que havia ficado sinceramente aborrecido por ocasião do voto do Brasil na ONU contra Israel, em nível de comissão. Os judeus brasileiros fizeram imensa celeuma nos jornais e o presidente Geisel contou-me que estava disposto a mudar o voto brasileiro no plenário da Assembléia Geral da ONU, para abstenção na votação final. Infelizmente, o Departamento de Estado instigado pelo *lobby* israelense cometeu a enorme *gaffe* de fazer publicar, nos jornais dos Estados Unidos e aqui também, a notícia que a Casa Branca estava pressionando o governo brasileiro para mudar nosso voto final. Contou-me o presidente Geisel que ele estava disposto a suavizar o voto, mas diante das notícias da imprensa mundial e brasileira, não tinha outra alternativa — por uma questão de honra nacional — que mandar confirmar nosso voto negativo contra o sionismo. O ressentimento entre os judeus foi considerável e ao chegar a Israel fui recebido com bastante frieza. No entanto, seguindo instruções pessoais de Geisel, expliquei cuidadosamente o ocorrido a Moshé Dayan, que era o

chanceler na época, e ele entendeu perfeitamente o dilema do governo brasileiro. Depois dessa conversa, Dayan só me deu mostras de estima pessoal, com convites para sua própria residência, que aliás muito me desvaneceram.

No entanto, tive momentos difíceis em Israel, como por exemplo na ocasião da prisão do criminoso nazista Wagner, residente em Itatiaia, São Paulo. Fui ameaçado por terroristas fanáticos que queriam sequestrar-me para obrigar o governo brasileiro a trocá-lo por mim e entregar-lhes Wagner para ser julgado em Israel, tal como aconteceu na Argentina com o famoso Eichmann. Em outra oportunidade, em 1981, fui espetacularmente chamado a serviço pelo então chanceler Ramiro Guerreiro para demonstrar a inconformidade do governo brasileiro pelas injustas acusações de que o Brasil estaria vendendo ao Iraque grandes quantidades de urânio enriquecido. Devo dizer que o ex-primeiro-ministro Begin foi corretíssimo: expulsou o jornalista intrigante e, em entrevista coletiva à imprensa internacional, pediu a minha volta a Israel, onde — disse ele — eu estava realizando um bom trabalho. Esse incidente diplomático valeu-me aliás um momento de notoriedade internacional, pois a própria BBC de Londres e os principais jornais mencionaram meu nome e deram um resumo da controvérsia.

Habitualmente, muito se fala na imprensa sobre a intransigência de Israel e com certa razão. No entanto, se formos examinar a conjuntura geral do

Oriente Médio chegaremos à conclusão que mais intransigentes ainda são os dirigentes da OLP e da organização religiosa HAMAS, como veremos mais adiante com pormenores.

Vivi cinco anos em Israel e procurei informar-me objetivamente sobre os fatos que condicionam a chamada intransigência israelense. Durante essa longa estada em Israel tive ocasião de conversar longamente com quase todos os líderes, em especial com o atual primeiro-ministro Itzak Rabin, de quem era amigo desde Washington. A conclusão imediata é que os grandes culpados dos principais problemas do Oriente Médio foram os ingleses, que dividiram a região no após-guerra com o evidente propósito de "dividir para reinar", como se fazia no século XIX. Dividir a Palestina da maneira como foi demarcada, ou privar o Iraque de uma saída para o golfo, só poderia levar aos resultados trágicos que conhecemos. Um testemunho imparcial nos deu o General De Gaulle, em suas *Memórias de Guerra*, sobre a esperteza britânica. Só que o poder decisório do Reino Unido minguou por completo e, poucos anos depois, prevaleceram apenas os interesses dos EUA e da União Soviética. Permanecem, porém, as causas dos conflitos, que já provocaram várias guerras na região e podem gerar outras.

Em Israel, lembro-me bem de uma noite em que fomos jantar em casa de um amigo israelense em Ramat Hasharon, zona norte de Tel Aviv. Era uma *penthouse* e da varanda o amigo

mostrou-me, em direção ao norte, a orla marítima com o colar de pérolas das luzes dos hotéis à beira-mar. À direita via-se uma faixa escura e logo após um conjunto de luzinhas, provavelmente um povoado. Explicou-me o israelense: olhe só a zona escura entre as luzes da costa e aquela primeira aldeia árabe chamada Kalkilia. Aquela faixa tem apenas oito quilômetros de largura. Outros amigos que freqüentávamos amiúde eram os embaixadores do Peru, que moravam em Savión, bairro elegante a sudeste de Tel Aviv. Almoçando no jardim, víamos claramente a pequena distância as colinas da Cisjordânia. Mísseis que lá sejam instalados não poderão errar alvos em Tel Aviv.

Israel é um país pequeno. De norte a sul, pela estrada do litoral, são apenas 400 quilômetros, ou seja, o equivalente à rodovia Presidente Dutra, entre Rio e São Paulo. De leste a oeste, entre Tel Aviv e o Mar Morto são cerca de 80 quilômetros, isto é, a distância entre a zona sul do Rio de Janeiro e Petrópolis. Os senhores podem assim melhor avaliar as distâncias dentro de Israel e entender talvez como os residentes naquele país se sentem vulneráveis ou inseguros.

Não preciso lembrar os pontos básicos da história do Oriente Médio. Direi apenas que, em matéria de guerras, não se pode comparar a ocupação do Kuwait com a ocupação da Cisjordânia. O Kuwait não atacou o Iraque, apenas cobrava as vultosas dívidas de Saddam Hussein. Israel nunca atacou os árabes; os árabes é que atacaram Israel quatro

vezes (1948, 1956, 1967 e 1973). Perderam as quatro vezes e Israel ocupou militarmente as áreas que lhe convinhavam para melhor proteger a sua população. Disso resultou um milhão e meio de árabes sob dominação provisória, cerca de um terço da população total de Israel, uma proporção perigosa para qualquer povo. Só que essa ocupação provisória está se prolongando demais, com grande sacrifício de vidas palestinas e israelenses. É evidente que os palestinos têm direito a uma pátria, mas também os curdos têm esse direito, e poucos parecem preocupados com eles. Os outros não têm "ibope"...

Até o advento Gorbachov, a URSS dava pleno apoio aos árabes por uma questão de rivalidade geopolítica com os EUA bastante compreensível. Com o desmantelamento do poder soviético, caíram o muro de Berlim, os governos socialistas do leste europeu e também o apoio decisivo de Moscou aos árabes. Mudaram, portanto, as regras do jogo no Oriente Médio. A Síria, agora o principal inimigo de Israel, aceitou integrar a aliança militar com os EUA na luta contra Saddam Hussein e já considera até a possibilidade de reconhecer a existência de Israel. Mas voltemos um pouco atrás, ao meu período em Israel (1977-1982), ao que se chama habitualmente de "Era Sadat".

Já estávamos em Paris, a caminho de meu novo posto, quando o mundo leu com estupefação a notícia da visita do presidente egípcio a Jerusalém. Encurralado pela inesperada união de

Washington e Moscou, Sadat corajosamente tomou aquela decisão histórica, que foi a primeira reviravolta na conquista político-militar no Oriente Médio. Conheci pessoalmente Anwar Sadat por ocasião de posterior visita sua a Haifa e tenho por ele a maior admiração. O Egito estava cansado de ser o bode expiatório das aventuras árabes na região. Graças à persistência extraordinária do presidente Carter, personalidade injustiçada na história, foram assinados os acordos de Campo David e, desde então, o Egito, o maior inimigo de Israel na época, o país de maior poderio militar na região, fez a paz em separado com Israel. Essa paz singular, cuja gestação acompanhei diariamente o desenvolvimento, tem resistido até hoje graças à serenidade do atual presidente Mubarak, superando mesmo as graves crises de invasão israelense do Líbano em 1982 e da recente "Intifada". E tudo isso foi alcançado com um interlocutor difícil e ultra-conservador como Menachem Begin. As coisas porém se complicaram após a morte de Sadat e do afastamento de Begin.

Infelizmente, Israel passou a ser governado pelo grupo mais racionário de sua história. Só faltou colocar como primeiro-ministro o feroz Ariel Sharon, que também conheci muito bem e de perto. Itzak Shamir era um "duro", com quem fiz amizade na época em que era presidente do Knéset, o parlamento israelense, e depois como ministro das Relações Exteriores. A rainha da Inglaterra se recusava a recebê-lo porque ele

foi membro do grupo terrorista "Irgun", que explodiu o Hotel King David, em Jerusalém, onde morreram mais de cem ingleses. Com o partido "Likud" no poder dificilmente haveria acordo com os árabes, embora não se deva esquecer que, para surpresa geral, Menachem Begin fez a paz com o Egito e pagando um alto preço — a devolução do Sinai. Já agora, com o partido trabalhista israelense no poder desde meados de 1992, existe uma razoável possibilidade de entendimento.

Mas aproximemo-nos da realidade atual, que continua muito complexa. A chegada a Israel de centenas de milhares de judeus russos, isto é, *askenazim* brancos, engrossou as fileiras trabalhistas, já que vêm de um país socialista. Isso explica em parte o sucesso dos trabalhistas na recente eleição geral de 1992, e o advento da administração trabalhista aumentará as probabilidades de uma solução pacífica para os problemas da região. Os americanos dispõem da arma financeira, já que a situação econômica de Israel piorou bastante com a "Intifada" e será preciso muito dinheiro para instalar meio milhão de judeus russos com um mínimo de conforto. Washington acabou por reconhecer que a melhor maneira de promover a paz no Oriente Médio é o método "passo a passo", com os EUA como mediador nas negociações, política essa agora confirmada pelo novo secretário de Estado Warren Christopher.

Seja como for, existem hoje alguns fatos irremovíveis na região: 1) Jeru-

salém não é negociável. O máximo que se poderá obter é a administração dos lugares santos por autoridades eclesásticas cristãs e islâmicas. 2) O Golan não pode ser restituído intacto aos sírios. Prevejo um acordo de paz bilateral com os sírios, abrangendo o problema da água e o arrendamento por Israel de uma estreita faixa diretamente sobre o lago Tiberíades, de modo a proteger os agricultores sediados em suas margens. 3) O Partido Trabalhista israelense aceita a realização de ajustes territoriais nas áreas ocupadas em 1967. Shimon Peres e Itzak Rabin me disseram isso pessoalmente e agora, mais de dez anos depois de minha saída de Israel, acabam de reiterar à imprensa essas intenções. 4) O território de Gaza é um problema à parte, pois nem sequer os egípcios desejam administrar essa região populosa, cujos habitantes só têm condições de sobrevivência econômica e social com o traslado diário para Israel desses trabalhadores palestinos. Minha casa em Herzlia, a atual residência do embaixador do Brasil, foi construída por operários palestinos que vinham diariamente de Gaza em microônibus.

Um acordo de paz permanente no Oriente Médio é possível a médio prazo, mas somente com a cooperação da OLP. Israel afinal parece começar a entender isso, por mais que lhe desagrade sentar-se à mesa com representantes de um movimento que tem assassinado dezenas de israelense. O momento parece propício, pois a OLP está enfraquecida pelas opções erradas que tomou na Guerra do

Golfo. É evidente que a mera autonomia dos territórios ocupados, primeiro oferecida por Begin em 1978, reiterada depois por Shamir e agora também por Rabin, só pode ser considerada como uma primeira etapa para a independência total de um estado palestino, associado ou não com a Jordânia. Israel está condenado a negociar com a OLP, ou será que preferirá negociar com o fanático movimento islamista do HAMAS? Felizmente, um fato positivo recente ocorreu: foi suspensa a proibição de israelenses conversarem com representantes da OLP. Aguardemos os primeiros resultados desse novo diálogo depois da retomada das negociações, ora em suspenso.

Seja como for, se o acordo de paz com o Egito foi um marco altamente positivo na conjuntura do Oriente Médio, é inegável afirmar que o desmantelamento do poderio soviético e a recente guerra do Golfo terão sérias consequências que ainda estão sendo avaliadas, com muitas divergências. Afinal, Israel foi bombardeado e não revidou em atenção a pedido norte-americano. A Rússia se limitou a fazer a mímica dos bons ofícios. A Síria, órfã do poderio soviético, aproximou-se dos EUA e da Arábia Saudita. Mas a opinião pública israelense já se deu conta de que a tradicional concepção estratégica da defesa do país está superada: os *misseis scuds* que caíram em Israel demonstraram que certos conceitos de segurança estão ultrapassados, o que poderá ensejar um novo e profícuo diálogo com Damas-

co. Embora a intransigência israelense se esteja flexibilizando, os progressos têm sido lentos. Apesar disso, sou moderadamente otimista a médio prazo.

A OLP está sendo chamada à razão pelos seus antigos financiadores: a Arábia Saudita e o Kuwait e também pela Rússia, a pedido dos Estados Unidos. Assim, poderá haver alguma troca de territórios pela paz permanente, mesmo utilizando a fórmula de uma etapa inicial de autonomia vigiada pelas Nações Unidas. Mais tarde deverá consolidar-se um verdadeiro estado palestino associado à Jordânia, talvez uma federação, enfim uma variante da chamada "opção jordaniana", tão cara ao líder trabalhista Shimon Peres. Recordo que a Jordânia é quase um estado palestino, tanto que, desde 1967, aceitava administrar os territórios ocupados por Israel. Só recentemente, pressionado pela OLP, é que o rei Hussein desistiu dessa administração indireta.

Enfim, o governo Rabin parece entender que, embora a situação militar de Israel seja boa, terminou a velha ordem no Oriente Médio, fundada na superioridade militar de Israel e garantida pela Guerra Fria, que já acabou. Depois das operações militares no Golfo, parece ter prevalecido o velho triângulo de antes da 2ª Guerra Mundial: os árabes, os judeus e a potência dominante na região (antes a Inglaterra e agora os Estados Unidos da América). No entanto, se os israelenses anseiam por uma paz permanente, eles também não esquecerão tão cedo os bombardeios dos

mísseis *scuds*. A devolução pura e simples dos territórios ocupados em 1967, sem reajustes locais, é inaceitável para 90% dos israelenses. Se eu vivesse em Israel também pensaria assim, por mais pena tenha dos palestinos, oprimidos há mais de 25 anos. Em suma, a paz no Oriente Médio está talvez mais nas mãos da OLP e dos fanáticos do HAMAS, do que de Israel. No momento, os fanáticos estão sacrificando inutilmente a vida de centenas de jovens palestinos, as principais vítimas da "Intifada". Já é tempo de a OLP e o HAMAS afinal pensarem no bem do povo palestino e negociarem, com seriedade, um plano realista e satisfatório com Israel.

Nos últimos meses, estou começando a acreditar que, antes de um acordo sobre a Cisjordânia, pode surgir um tratado de paz de Israel com a Síria. O governo de Jerusalém teria assim dois tratados de paz vitais, protegendo as suas duas fronteiras essenciais para sua segurança: a do Egito e a da Síria, o que também implicaria em paz com o Líbano. O objetivo israelense é negociar o fim do estado de guerra, a abertura das fronteiras e o estabelecimento de relações diplomáticas. Recentemente, a Síria submeteu um documento de trabalho que Rabin considerou "um grande avanço". Damasco quer que Israel reconheça a soberania síria sobre todo o território do Golán para que depois os dois países possam discutir o arrendamento de parte do território, uma estreita faixa que proteja os habitantes das

margens do Lago Tiberíades, exatamente o local onde eu fui alvejado em 1970, durante minha primeira visita a Israel.

O primeiro-ministro Itzak Rabin mencionou recentemente uma retirada parcial no Golan até 45km de Damasco e até 10km da cidade israelense de Tiberíades, à beira do Lago da Galiléia. Eventual acordo de paz com a Síria significaria precioso avanço psicológico nas negociações com os demais países árabes. Ocupadas em 1967 e anexadas em 1981 por Israel, as colinas do Golan são um pedaço da Síria de grande importância estratégica para os israelenses, dominando o vale da Galiléia, e também para os sírios, pois controla a estrada para Damasco. Em 1981, Begin disse-me que o exército israelense poderia ter entrado em Damasco em 1973, desfilado pelas ruas principais, mas depois teria de retirar-se, pois Israel não tem elementos humanos suficientes para ocupar permanentemente a Síria. O Golan, com seus 1.250km<sup>2</sup> é uma das regiões mais atrasadas da Síria, mas possui um bem precioso no Oriente Médio: a água. Do alto Monte Hermón desce o rio Banyass, que alimenta o rio Jordão.

As tropas israelenses chegaram ao Golán em junho de 1967 e, em 1973, uma área suplementar de 510km foi ocupada. 150.000 sírios abandonaram a região, lá permanecendo apenas 15.000 drusos, aos quais vieram juntar-se cerca de 12.000 colonos israelenses, distribuídos em 32 pequenos assentamentos, e até uma cidade, Katzrin. O exército israelense instalou bases e

unidades blindadas poderosas. Foram construídas estradas e reparadas outras em mau estado. Em maio de 1974, a Síria e Israel assinaram um acordo de desmilitarização parcial do Golan, sob a supervisão de Henry Kissinger, sendo devolvida uma parte da área ocupada em 1967. Uma força da ONU fiscaliza o cumprimento do acordo.

Em Israel, a corrente contrária a esse eventual acordo argumenta que é impossível comparar a situação do Sinai com a do Golan, que pode ser atravessado por uma divisão blindada em cerca de uma hora, com a agravante de que os tanques estariam descendo a rampa do planalto de maneira quase irresistível. Já aqueles favoráveis ao acordo com a Síria afirmam que o território parte de sua importância estratégica para utilização em massa dos mísseis balísticos. Israel e a Síria "negociam agora para ver até que ponto, de fato, é dando que se recebe"... tal como escreveu o comentarista político Zevi Ghivelder, na revista *Manchete* (10/10/92).

Para melhor compreender as dificuldades reais dessas negociações é preciso examinar também outro problema de magnitude regional, que transcende as aspirações políticas e religiosas das duas facções em luta. As conversações iniciadas em 1991, em Madrid, e que depois prosseguiram por mais de um ano em Washington, abrangem também a gravíssima situação da escassez crescente de água no Oriente Médio.

A criação da pátria palestina no

O Oriente Médio é a questão principal da região, mas em verdade muitos países árabes têm fortes reservas, por motivos diferentes que tentam disfarçar. A recente atitude do Líbano, que se recusa a acolher os 400 palestinos expulsos por Israel, constitui um exemplo eloqüente. Após as primeiras conferências de paz, a solução continua longínqua, embora os palestinos tenham atuado agora com bastante habilidade.

Mas abordemos o problema da escassez de água em Israel e nos países vizinhos, que a chegada de meio milhão de judeus russos só veio agravar. O tema já foi abordado na fase bilateral das negociações e a preocupação é generalizada.

Dez anos atrás, quando eu vivia em Israel, havia ainda bastante desperdício de água potável. Mais de uma vez, comentei esse desperdício com meus vizinhos de Ramat Gan e de Herzlia, que regavam abundantemente seus jardins, por horas a fio, sem preocupação de economia. Por outro lado, os árabes dos territórios ocupados não podiam sequer perfurar poços para ter mais água disponível para beber. O visitante ou o turista que chegava a Israel ficava maravilhado com os canteiros de flores na estrada do aeroporto de Tel Aviv, nas avenidas principais das maiores cidades do país, sempre decoradas com flores das diversas estações. Hoje elas não podem mais ser irrigadas como dantes. A agricultura está sofrendo e a indústria economiza: a água não é suficiente e a situação tende a piorar. As chuvas sem-

pre foram escassas, o gasto supera as reservas, e todos os recursos possíveis da tecnologia já foram utilizados. O lago Tiberíades anda pelo seu nível mais baixo da história, e até os esgotos de Tel Aviv já estão alimentando as culturas agrícolas das zonas mais áridas. O déficit da água se aproxima de 50%. O drama começou.

Conversando com vários líderes israelenses, todos me disseram que só a escassez d'água poderá levar a um conflito generalizado e aniquilador no Oriente Médio. Os planos para enfrentar essa carência são numerosos, a começar pela dessalinização da água do mar, a construção de *pipelines* para água das chuvas artificiais obtidas por processos modernos. Já foram estudadas, também, a utilização de bolhas de plástico, com água potável rebocadas no Oceano Índico, ou no Mediterrâneo, e até mesmo se pensou em levar *icebergs* da Antártida para a Arábia Saudita.

No entanto, dois países vizinhos detêm a solução definitiva para o problema da água, a Turquia e o Líbano, de cujas montanhas fluem para o mar, rios inaproveitados. Questões políticas e hegemônias regionais têm atrasado a esquematização do problema crônico da água, que ora se vai agudizando pelo crescimento demográfico dos países árabes e pela imigração russa para Israel.

O Líbano pode contribuir para a solução das carências israelenses pela simples venda de parte da água do rio Litani, perto da fronteira norte de Israel.

Um pequeno aqueduto ligaria a água libanesa ao sistema hídrico israelense, com gastos modestos. Entretanto, o Líbano está demasiado associado aos destinos e vontades da Síria, o que inviabiliza temporariamente uma solução. A devolução do Golan à Síria pode se transformar em valioso instrumento de barganha para um acordo triplíce Síria-Líbano-Israel para a utilização por Israel das águas do rio Litani.

Bem mais ambicioso é o projeto global da Turquia, que já realizou duas reuniões de representantes de 22 países da região sobre o problema da água. A Turquia tem em andamento a construção da grande represa de Atatürk, que vai regular o fluxo dos rios Tigre e Eufrates, irrigar área de perto de dois milhões de hectares e gerar abundante energia elétrica para toda a região. Serão 22 pequenas barragens ao todo, que produzirão quase 30 milhões de KW, e cinco delas já estão quase prontas. O projeto faz arregalar os olhos dos economistas da região, mas também dá calafrios aos políticos dos países jusantes. No Oriente Médio ainda se pensa na água como uma arma e o poder que a Turquia deterá está assustando os vizinhos de baixo, os quais nem por isso deixaram de se reunir regularmente com os técnicos turcos durante a guerra do Golfo.

Mas a Turquia oferece mais ainda: dispõe de dois rios o Ceyhan e o Zeyhan — que descem as montanhas da Anatólia e se perdem inutilmente no Mediterrâneo, perto da fronteira da Síria.

Dois aquedutos estão planejados: o primeiro irrigaria a Síria, Israel, a Jordânia e a zona ocidental da Arábia Saudita. O segundo aqueduto alimentaria o Iraque, o Kuwait, a Arábia Saudita oriental e os Emirados Árabes. O custo desses aquedutos será elevado, mas dentro das possibilidades financeiras dos países da região. O assunto já foi debatido na conferência convocada pelo presidente da Turquia, Turgut Ozal, em 1992 e terá a provável colaboração financeira do Banco Mundial e das Nações Unidas. Até o Egito parece interessado em irrigar o Sinai, e uma entidade multinacional de dessalinização da água do mar está sendo organizada, com nova tecnologia mais barata.

Israel tem boas possibilidades de entendimento com a Turquia, pois nunca chegaram a romper relações diplomáticas. Falta encontrar uma fórmula política viável que terá forçosamente de passar pela boa vontade de Damasco. Um acordo de paz de Israel a Síria terá um papel decisivo na obtenção da água de que o país tanto necessita, seja pela canalização do rio Litani, no Líbano, seja por eventual aqueduto turco. Por isso, podemos concluir que o Golán, cedo ou tarde, em parte ou em todo, terá de voltar ao controle de Damasco. Ou não haverá água e poderá haver guerra.

Esta apresentação já vai longe e gostaria de arrematá-la com algumas considerações sobre os recentes acontecimentos no Oriente Médio. As negociações de paz têm sido perturbadas pela intransigência de ambas as partes, su-

cessivamente. Um fato importante é preciso sublinhar: embora o presidente Clinton tenha abertamente tomado a defesa de Israel durante a sua campanha eleitoral, é evidente que agora os EUA já não precisam tanto de Israel para controlar o Oriente Médio. A Arábia Saudita e o Kuwait concederam importantes bases militares aos norte-americanos, após a Guerra do Golfo, e a Rússia deixou de ser uma ameaça permanente aos interesses ocidentais na região. Hoje, o grande inimigo do Ocidente não é mais Saddam Hussein e sim o Iran, que comanda o terrorismo religioso do Marrocos à Indonésia, e tenta influenciar as novas repúblicas muçulmanas da antiga União Soviética. Por isso, o Ocidente está incentivando o fortalecimento político e militar da Turquia, cuja influência moderadora e laica na região é considerada benéfica. A expansão dos fundamentalistas islâmicos no Magreb e no Egito já é uma séria preocupação para Washington e Paris, e por tudo isso o papel de Israel, como um bastião do Ocidente, parece evoluir, à medida que se alteram as tradicionais forças políticas e militares da região. Disse-me recentemente um diplomata alemão que Saddam Hussein precisa continuar no poder porque ele significa uma sólida contenção à expansão iraniana no Oriente Médio. Por isso a tolerância excessiva do Ocidente com o ditador iraquiano. Vemos assim que, 32 anos depois de minha conversa com Henry Kissinger em Harvard, o Oriente Médio continua a ser um barril de

pólvora, onde se poderá jogar a qualquer momento o futuro da economia do Ocidente.

Foi nessa atmosfera tensa de diminuição do poder de barganha de Israel que o *premier* Itzak Rabin retomou as negociações multilaterais e bilaterais com os árabes. O novo Secretário de Estado Warren Christopher é uma *old hand* no processo de paz, pois o conheci pessoalmente em Tel Aviv durante o governo Carter. É um homem sem carisma e parece cansado, talvez demasiado idoso para missão tão delicada, na qual vai se defrontar com as velhas raposas políticas da região. Será, no entanto, uma alternativa positiva para os personagens políticos do Oriente Médio, que se ressentiam um pouco do autoritarismo texano do ex-secretário de Estado James Baker. Parece-me claro que o presidente Clinton não quer passar à história como o presidente que deixou escapar a paz no Oriente Médio, já encaminhada por Reagan e Bush. Acredito que Clinto agirá como o presidente Carter, adotando uma atitude equidistante de mediador sincero e imparcial. As tentativas francesas de mediação não podem ser levadas a sério, uma vez que Mitterrand não tem condições políticas e financeiras para impor solução alguma. Foi alvissareiro, no entanto, que Mitterrand tenha apoiado a oferta israelense de realizar rapidamente eleições nos territórios ocupados.

E chegamos finalmente ao ponto crucial das negociações de paz no Oriente Médio. Recordo que as conversações

são bilaterais, e também multilaterais com vários países árabes vizinhos de Israel. A permissão recente dada por Rabin no sentido de que palestinos provenientes de fora da Cisjordânia possam participar das negociações multilaterais atende à importante reivindicação dos movimentos palestinos. Por outro lado, as conversações bilaterais entre a Síria e Israel não podem avançar muito porque as negociações multilaterais estão caminhando muito devagar. Israel reconheceu as resoluções 242 e 338 das Nações Unidas e isso, naturalmente, é aplicável também ao Golan, pois, como já disse antes, o valor estratégico da região em relação à Galiléia diminuiu bastante, como ficou provado com a "chuva" de mísseis iraquianos que atingiu todo o território israelense. No entanto, qualquer concessão do primeiro ministro Rabin à Síria tem sido amplamente condenada pela opinião pública: 65% dos israelenses são contrários à retirada, mesmo parcial, do Golan. Apenas 16% aceitariam pequenas concessões.

Essa crescente dificuldade de manobra para Israel vem sendo explorada com habilidade pelos árabes. Além disso, esses interlocutores árabes evoluíram sensivelmente no decorrer de 1992. Se a OLP está hoje mais flexível e inclinada a aceitar uma acomodação realista, parcial e temporária com Israel, sob a égide norte-americana, por outro lado está crescendo muito a facção mais intransigente dos palestinos fundamentalistas, patrocinados pelo Iran, os quais não

aceitam qualquer acordo com Israel, cuja destruição clamam com mais força do que nunca.

A expulsão dos 415 palestinos para o sul do Líbano (que tampouco os aceitou, pois lá recordam muito bem os problemas criados pelos palestinos no passado recente) foi considerada uma vitória pelo movimento extremista HAMAS, que vem fazendo nitidos progressos para suplantiar o grupo rival da OLP no controle político dos territórios ocupados por Israel. Em verdade, o HAMAS e o pequeno grupo JIHAD ISLÂMICO alcançaram publicidade máxima no mundo árabe e, de certo modo, parecem expressar as frustrações dos palestinos após ano e meio de negociações fracassadas. Por isso é imprescindível que o presidente Clinton consiga relançar agora, em abril corrente, conversações realmente frutíferas com metas a curto prazo. Cientistas políticos em Israel consideram o HAMAS como o maior perigo para Israel, seu desafio mais delicado, e não mais a OLP. Essa realidade é hoje reconhecida até por certos líderes e assessores de Arafat, cuja imagem política é francamente declinante. Isto é grave para Israel, pois o HAMAS não aceita nada, exceto a destruição do estado judaico. Hoje se estima que a metade da população árabe nos territórios ocupados por Israel (cerca de 1.800.000 habitantes) já apoiam o HAMAS, movimento iniciado somente em 1988 por ocasião da "Intifada". A situação em Gaza está tão difícil agora para os soldados israelenses patrulharem

que o governo Rabin já estaria considerando seriamente retirar-se da região e entregá-la ao Egito, o qual não parece interessado em recebê-la. Gaza está a 80km ao sul de Tel Aviv e o risco de terrorismo na maior cidade israelense aumentou bastante.

O auxílio financeiro do Iran e outros países árabes ao HAMAS já superou os fundos disponíveis pela OLP. Consta até que estão recebendo dinheiro da Inglaterra e dos Estados Unidos da América. Aliás, unidades de segurança norte-americana estão monitorando grupos muçulmanos que vêm distribuindo propaganda anti-israelense e levantando substanciais quantias para a causa palestina nas cidades de Detroit, Dallas, Chicago e Tucson. Os ativistas do HAMAS agem abertamente em regiões onde vive a maioria dos três milhões de árabes americanos. Por isso o terrorismo tem aumentado sensivelmente em Israel. Se agora se tornou mais fácil negociar com a OLP, não há diálogo possível com o HAMAS. Em consequência, o governo israelense abrandou sua resistência à OLP e tenta chegar a um acordo com os palestinos moderados a curto prazo, isto é, antes que quase todos os palestinos se joguem nos braços do HAMAS. As mulheres palestinas são o termômetro dessa infeliz tendência e a maioria delas, na Cisjordânia, já está usando o véu, com medo das reações cada vez mais agressivas dos fundamentalistas. Estamos chegando ao ponto crucial em que o HAMAS pode vir a absorver a OLP e, se isso

ocorrer, o custo da ocupação israelense vai se tornar altíssimo e talvez até insustentável. A julgar pela ferocidade dos fundamentalistas religiosos, o governo israelense e a OLP não têm mais tempo a perder.

Compreende-se melhor agora que a conjuntura política, militar e até religiosa no Oriente Médio mudou muito nos últimos anos. Embora a situação militar israelense seja boa, a segurança do país ficou mais frágil e os ingredientes de um grande conflito aí estão e poderão rebentar a qualquer momento, com consequências imprevisíveis. Desde a época em que vivi em Israel, sei que o governo de Jerusalém dispõe de numerosas bombas-atômicas para serem usadas em algum trágico momento de vida ou morte da nação. Disseram-me na época que Israel possui uma bomba atômica para cada capital árabe vizinha, mas como conceber o seu uso? O risco para os próprios israelenses seria enorme, já que as distâncias são tão pequenas no Oriente Médio que os ventos poderiam levar a radiação atômica em direção do próprio território israelense, em poucas horas.

Podemos assim melhor entender que o papel de policial da região cabe mesmo ao presidente Clinton, que talvez ainda tenha de impor pela força uma solução política que vai descontentar a todos. Façamos votos para que prevaleça o bom senso e a moderação.

Esta palestra ficou pronta há 15 dias, e passei a semana passada em Washington trabalhando em uma comissão da

OEA (Organização dos Estados Americanos). O curioso é que estes últimos 15 dias estiveram cheios de acontecimentos políticos no Oriente Médio e durante minha viagem aos Estados Unidos da América aproveitei para colecionar vários recortes de jornais que me servirão para dar os retoques finais desta conferência. Nenhum acontecimento realmente importante ocorreu, mas nem por isso devo silenciar sobre os seguintes fatos que podem vir a ter bastante significação no futuro do Oriente Médio.

1) A situação política na Rússia causa sérias preocupações. A eventual retomada do poder por elementos ligados ao antigo regime comunista certamente levará a um enrijecimento da posição dos países árabes nas negociações de Washington, agora convocadas para o dia 20 do corrente.

2) Houve duas modificações importantes em Israel nesta quinzena: Ezer Weizmann foi eleito presidente da república e Benyamin Netanyahu foi eleito líder do *Likud*, o partido conservador de forte influência religiosa. Conheci muito bem a Weizmann e não tenho dúvidas de que, apesar da sua presidência ter apenas poderes cerimoniais, ele vai tentar pressionar o primeiro-ministro Rabin por negociações mais realistas. Ezer é um liberal, de temperamento muito impulsivo, que criou problemas em todos os cargos públicos que exerceu. Prevejo assim questões institucionais de que poderá tirar partido o jovem líder do *Likud*,

que, na opinião do *Washington Post* (26-III-93), tem a reputação de ser inexperiente e demagogo. Outro mau prenúncio para Israel foi a declaração do Secretário de Estado Warren Christopher de que os Estados Unidos vão se empenhar mais nas negociações de Washington, o que poderia significar maior pressão sobre Israel.

3) Esta última quinzena marcou bem claro a crescente violência da "Intifada" e, conseqüentemente, a dura reação israelense. Os árabes mataram 14 israelenses na semana passada e o exército matou 23 árabes. Por esse motivo, o Premier Itzak Rabin decidiu selar o território de Gaza e a própria Cisjordânia, confinando assim cerca de dois milhões de habitantes. Essa decisão vai exasperar ainda mais os palestinos, pois eles precisam ir trabalhar em Israel, ou não terão o que comer.

4) Finalmente, causou-me estranheza o fato de que o Palácio do Planalto, em Brasília, tenha divulgado com três meses de atraso uma carta do presidente Itamar Franco enviada ao dirigente OLP Yasser Arafat, manifestando que "O governo do Brasil tomou conhecimento com profunda preocupação e consternação da atitude tomada por Israel em deportar centenas de palestinos. O governo brasileiro condena a ação praticada por Israel e expressa sua firme oposição a tais deportações que violam a 4ª Convenção de Genebra de 1949" (*Jornal do Brasil*, de 20 de março último). Meu comentário é que nosso atual chanceler parece haver-se desviado da prudente

política de seus predecessores que estiveram à frente do Itamaraty. De fato, se Israel merece censura, o que dizer dos demais países árabes vizinhos que até agora se recusam a receber os 400 palestinos deportados em dezembro para as fronteiras do Líbano? No entanto, o mais grave no meu entender é que o governo brasileiro decida apoiar Arafat exatamente no momento em que ele está mais fraco, no período em que a OLP está correndo risco de ser absorvida pelos fanáticos do HAMAS. Embora nossa declaração esteja nas linhas de uma resolução da ONU, não me parece que este seja o momento mais apropriado para alterar nossa política tradicional de equidistância. Lembro apenas que, durante a recente visita do *premier* Rabin a Washington, o presidente Clinton nem sequer se referiu aos palestinos deportados em sua conferência de imprensa.

Não posso, portanto, terminar com

uma nota otimista. Finalmente, se por um lado os Estados Unidos pareciam dispostos a pressionar Israel, surgiu agora um importante argumento contra os palestinos. Durante minha recente visita a Washington e Nova Iorque, li nos jornais que os quatro egípcios de origem palestina presos como suspeitos de haverem feito explodir o carro-bomba dentro de uma das torres do World Center, em Nova Iorque, acabam de confessar que o fizeram para protestar contra o apoio norte-americano a Israel. O objetivo deles teria sido fazer tombar uma das grandes torres, que cairia sobre a área vizinha, provocando milhares de mortos. A indignação da imprensa norte-americana e, conseqüentemente, da opinião pública do país vai pesar na atitude dos diplomatas do Departamento de Estados, durante as negociações de Washington no fim do mês corrente (abril de 1993).



**VASCO MARIZ, diplomata, foi Embaixador do Brasil em Israel, de 1977 a 1982.**